

## Abertura do ano lectivo com imensos problemas ao nível das escolas e dos docentes

A Comissão Permanente do SPZCentro procedeu a uma cuidada análise do arranque do ano escolar, constatando a existência de muitas anomalias, injustiças e deficiente aplicação da legislação em vigor em determinadas matérias.

Entre as maiores preocupações estão o desemprego que afecta milhares de docentes e os atropelos e injustiças que não foram acauteladas no desastroso concurso para a categoria de Professor Titular.

Centenas, senão milhares de docentes dos quadros estão sem componente lectiva atribuída e outros milhares sem qualquer perspectiva de trabalho.

Assiste-se a um mal-estar entre docentes criado pelas irregularidades e injustiças do concurso de professores titulares. Há docentes que estão no 10º escalão e não conseguiram pontuação suficiente para titulares, após uma carreira de apego e dedicação ao ensino, e foram ultrapassados por outros com menos pontuação.

Contudo, muitos poderão ver-se obrigados a desempenhar, por nomeação as funções de professor titular.

A tutela criou uma falsa estabilidade, porque não foi capaz de determinar o número de docentes necessários para cada escola. Continua a sentir-se instabilidade e insegurança, o que acaba por se reflectir na relação pedagógica: há docentes, com mais de 20 anos de serviço, colocados em escolas que distam mais de uma centena de quilómetros da sua área de residência, enquanto outros, com menor graduação profissional, permanecem à porta de casa e muitas escolas aguardam, ainda, pela colocação de docentes para colmatar as necessidades existentes.

Mas o Ministério da Educação não foi capaz de aprender com os seus próprios erros.

Repetiram-se injustiças do concurso do ano passado, com colocações feitas em desrespeito pelas listas de graduação dos candidatos.

Quanto aos horários, também se conhecem situações claras de abuso por parte de escolas que não estão a respeitar a lei, ultrapassando o número de horas lectivas diárias estabelecidas para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico.

Verifica-se, ainda, a atribuição inadequada de serviço docente a docentes independentemente do grupo pelo qual foram recrutados. Há docentes a leccionar toda e qualquer disciplina, mesmo noutra ciclo ou nível de ensino, fora da sua formação adequada. Esta política de rentabilização "cega" dos recursos humanos existentes nas escolas traz prejuízos evidentes para a qualidade do processo ensino/aprendizagem e implicações óbvias nas longas listas de desempregados devidamente qualificados.

O SPZCentro acusa o ME de adotar dois pesos e duas medidas conforme os seus interesses.

Por um lado impede que docentes com habilitação própria possam dar aulas, dizendo que não são profissionais de ensino, mas depois obriga outros a leccionarem qualquer disciplina ou nível de ensino apenas com a tal habilitação adequada, sem olhar à sua profissionalização.

Mas a demagogia do discurso do Governo e, em particular, do Ministério da Educação vai ao ponto de conseguir de uma forma mágica mudar as estatísticas da taxa de sucesso dos alunos do ensino secundário. Trata-se de uma proeza fantástica, de uma ministra que, por si só, conseguiu tamanha façanha.

O cenário pessimista do ensino, de que o Ministério da Educação culpabilizou a escola e os docentes por tudo o que de mau que se passava, de repente mudou. E está a mudar precisamente com os mesmos alunos, os mesmos docentes, nas mesmas escolas.

Afinal, toda a campanha que foi orquestrada há dois anos atrás contra os docentes e a escola não teve senão essa finalidade.

O SPZCentro continua a fazer um acompanhamento permanente do arranque deste período do ano escolar, e não abdicará da denúncia de todas as situações anómalas ou de atropelo aos direitos dos docentes que se venham a verificar.

Coimbra, 11 de Setembro de 2007